

3) Ao grau de mestre é atribuída a classificação final no intervalo de 10-20 de escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

4) A classificação final do grau de mestre será a média da classificação final da componente lectiva do curso nos termos da alínea 2) deste mesmo artigo com o peso de 40 % e da classificação atribuída à dissertação ou ao trabalho de projecto ou ao estágio com relatório nos termos do artigo 14.º, alínea 6), com o peso de 60 %.

Artigo 17.º

Elementos que constam obrigatoriamente dos diplomas e cartas de curso

Dos diplomas e cartas de curso constarão os seguintes elementos:

1) Diplomas — identificação do titular do grau, número do documento de identificação, unidade orgânica, grau, data de conclusão do curso, designação do curso e respectiva área de especialização, no caso de ela existir, número total de ECTS, classificação final e qualificação.

2) Cartas de curso — identificação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, identificação do titular do grau, número do documento de identificação do titular do grau, unidade orgânica, grau, data de conclusão do curso, designação do curso, área de especialização, no caso de ela existir, classificação final e qualificação.

Artigo 18.º

Prazos de emissão do diploma, da carta de curso e do suplemento ao diploma

1) A emissão do diploma e do suplemento ao diploma será feita no prazo de 30 dias após a sua requisição.

2) A emissão da carta de curso será efectuada no prazo de 90 dias após requisição que poderá ser feita a partir do prazo de uma semana após a conclusão do mestrado.

Artigo 19.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento do mestrado em Ciências Musicais é da responsabilidade do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, podendo ser ouvido o Conselho Consultivo, conforme previsto nos artigos 18.º e 20.º dos Estatutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, disponibilizados no seu sítio *Web* em <http://www.fcsh.unl.pt>.

Artigo 20.º

Numerus clausus

1) A matrícula e inscrição no curso de mestrado em Ciências Musicais estão sujeitas a limitações quantitativas, a fixar anualmente por despacho do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, sob proposta do Director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

2) O despacho a que se refere o n.º 1 deverá ser publicado no *Diário da República*, 2.ª série, antes do início do prazo de candidatura.

Artigo 21.º

Calendário escolar

O calendário escolar é aprovado pelo Director, ouvido o Conselho Pedagógico e disponibilizado no sítio *Web* da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em <http://www.fcsh.unl.pt>.

Artigo 22.º

Propinas

O montante das propinas e respectivo regime de pagamento será fixado, anualmente, pelo Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa, nos termos do artigo 6.º dos Estatutos da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 23.º

Financiamento

O mestrado em Ciências Musicais é financiado através das respectivas propinas e de outras verbas que lhe forem alocadas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas provenientes do Orçamento de Estado. Constituem ainda receitas de mestrado os valores arrecadados provenientes de participações ou donativos de instituições públicas e privadas destinadas ao seu financiamento.

Artigo 24.º

Disposições transitórias

Os alunos anteriormente inscritos transitam para o plano de estudos presentemente publicado de acordo com o disposto no plano de transição aprovado por Despacho do Director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Artigo 25.º

Casos omissos

Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 26.º

Entrada em vigor

O actual plano de estudos entra em vigor no ano lectivo 2011-2012 e revoga o plano de estudos do ciclo de estudos de mestrado em Ciências Musicais, publicado pelo regulamento n.º 10606/2009, na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 79, de 23 de Abril de 2009.

205403642

Despacho n.º 16489/2011

A Universidade Nova de Lisboa (UNL), através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), ao abrigo dos artigos 2.º e 10.º dos Estatutos da UNL, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, confere o grau de mestre em Comunicação, Media e Justiça, devidamente registado pela Direcção-Geral do Ensino Superior sob o n.º R/A-Cr 95/2010.

Nos termos dos estatutos da FCSH-UNL, e ainda ao abrigo do Despacho (extracto) n.º 854/2010, de 13 de Janeiro, do Senhor Reitor da UNL, republica-se na íntegra o Regulamento incluindo a alteração introduzida às normas regulamentares do mestrado em Comunicação, Media e Justiça, comunicada em 22 de Novembro de 2011 à Direcção-Geral do Ensino Superior.

25 de Novembro de 2011. — O Director, *Doutor João de Deus Santos Ságuia*.

Regulamento do Mestrado em Comunicação, Media e Justiça

(Registado na DGES sob o número: R/A-Cr 95/2010)

Artigo 1.º

Criação

A Universidade Nova de Lisboa, através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Faculdade de Direito, concede o grau de mestre em Comunicação, Media e Justiça.

Artigo 2.º

Objectivos

O Mestrado em Comunicação, Media e Justiça tem como objectivo a aquisição pelos alunos dos seguintes conhecimentos e competências comuns:

1 — Saber desenvolver e aprofundar os conhecimentos que lhes permitam entender a posição estratégica dos fenómenos comunicacionais na sociedade contemporânea e o modo como ganha nela centralidade o tema da Justiça;

2 — Saber desenvolver uma investigação com rigor científico no campo multidisciplinar onde se cruzam a Comunicação, os Media e a Justiça, em diálogo com outros campos do saber;

3 — Desenvolver a capacidade de comunicar as suas metodologias e conclusões e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, por escrito ou oralmente, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e argumentada;

4 — Adquirir competências que permitam, em continuado diálogo com o conhecimento científico e extra-científico, desenvolver com autonomia uma aprendizagem ao longo da vida;

5 — Adquirir uma capacidade analítica sobre o funcionamento dos campos da Justiça e dos Media.

Artigo 3.º

Área científica

O Mestrado em Comunicação, Media e Justiça está inserido nas áreas científicas das Ciências do Direito e das Ciências da Comunicação.

Artigo 4.º

Duração do curso

O Mestrado em Comunicação, Media e Justiça está organizado numa duração normal de quatro semestres.

Artigo 5.º

Coordenação do Ciclo de Estudos

A coordenação do Mestrado caberá a dois coordenadores, cada um deles nomeado pelo Conselho Científico da Unidade Orgânica que representa (FCSH ou FDUNL) para um período de dois anos.

Artigo 6.º

Regras sobre a admissão no ciclo de estudos

1 — São prioritariamente admitidos como candidatos ao Mestrado em Comunicação, Media e Justiça, magistrados Judiciais e do Ministério Público, licenciados em Direito e em Ciências da Comunicação.

2 — As normas de candidatura são anualmente publicitadas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e pela Faculdade de Direito através dos respectivos Serviços Académicos.

3 — As candidaturas serão avaliadas por um júri, designado pela coordenação do Mestrado em Comunicação, Media e Justiça, constituído por três docentes, sendo utilizados como critérios a classificação da licenciatura, o currículo académico, científico e profissional e uma avaliação global realizada em termos a definir pelos Conselhos Científicos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Faculdade de Direito. Sobre os actos do júri será elaborada acta descrevendo-os e fundamentando as opções efectuadas.

4 — A listagem nominal dos candidatos admitidos e não admitidos à matrícula, bem como os prazos da sua concretização, serão afixados e publicitados pelos meios oficiais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Faculdade de Direito, incluindo os seus sítios na internet em www.fcsh.unl.pt e www.fd.unl.pt

Artigo 7.º

Condições e início de funcionamento

1 — A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e a Faculdade de Direito asseguram as condições necessárias e suficientes para o

funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Comunicação, Media e Justiça, designadamente:

a) Um projecto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objectivos fixados neste ciclo de estudos;

b) Um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes deste ciclo de estudos;

c) Desenvolvimento de actividade reconhecida de formação e investigação ou de desenvolvimento de natureza profissional de alto nível, nas áreas científicas integrantes deste ciclo de estudos;

d) Os recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços lectivos, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados.

2 — O mestrado em Comunicação, Media e Justiça entra em funcionamento no ano lectivo de 2010-2011.

Artigo 8.º

Estrutura curricular: plano de estudos e créditos

1 — O curso está organizado segundo o sistema europeu de acumulação e transferências de créditos (ECTS).

2 — O número total de créditos necessário à obtenção do grau de mestre é de 120 créditos e ao diploma de pós-graduação é de 60 créditos. A dissertação correspondem 60 créditos.

3 — As áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma são os que constam dos quadros 1.

Mestrado em Comunicação, Media e Justiça

QUADRO N.º 1

Áreas Científicas	Sigla	Créditos ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Ciência do Direito	CD	20	20
Ciências da Comunicação	CC	20	
Ciência do Direito e Ciências da Comunicação	CCCD	60	
<i>Total</i>		100	20

Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Faculdade de Direito**Mestrado em Comunicação, Media e Justiça**

QUADRO N.º 1

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Obs.
			Total (4)	Contacto (5)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Opções Condicionadas (a)						
Comunicação e Justiça Penal	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Direito da Comunicação Social	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Raízes Históricas do Modelo Judicial Continental	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Sociologia Judiciária	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Constituição Plural e Justiça	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Direito de Autor	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Estudos Interdisciplinares — o Direito e Outros saberes	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
História das Instituições.	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Justiça e Integração Europeia.	CDCC	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Opções Condicionadas (b)						
O Campo e o Discurso dos Media	CCCD	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Comunicação e Democracia	CCCD	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Retórica, Direito e Democratização da Justiça	CCCD	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		Créditos (6)	Obs. (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Comunicação Estratégica e Mediatização das Instituições	CCCD	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Justiça e Media — Legitimação pela Comunicação	CCCD	S	280	S:48; O:16	10	Opcional.
Dissertação	CCCD	A	1680	OT:32	60	—

(a) O aluno realiza, pelo menos, duas unidades curriculares deste conjunto, completando as demais neste e ou no conjunto seguinte.

(b) O aluno realiza, pelo menos, duas unidades curriculares deste conjunto, completando as demais neste e ou no conjunto anterior.

Notas

- (1) Designação
 (2) Sigla constante do ponto 9
 (3) Anual (A), semestral (S), trimestral (T) ou outra (O) (que se caracterizará)
 (4) Número total de horas de trabalho do estudante
 (5) Número total de horas de contacto inclui: T: Ensino teórico; T/P: Ensino teórico-prático; PL: Ensino prático; S: Seminário; OT: Orientação tutorial; O: Outra
 (6) Número de créditos ECTS atribuídos à unidade curricular
 (7) Assinalar sempre que a unidade curricular for optativa

Artigo 9.º

Concretização da dissertação de natureza científica

1 — Concluída a componente lectiva do mestrado, os alunos elaboram uma dissertação correspondente a um total de 60 unidades de crédito.

2 — As modalidades e os requisitos de elaboração de uma dissertação são os definidos pelo regulamento interno fixado pelo Conselho Científico da instituição coordenadora, ouvido o respectivo órgão da instituição parceira, disponível nos seus sítios Web em www.fcsh.unl.pt e www.fd.unl.pt

Artigo 10.º

Regime de precedências e de avaliação de conhecimentos

1 — A frequência de unidades curriculares poderá implicar precedências se tal estiver consignado nas fichas de cada unidade curricular, elaboradas e devidamente publicitadas, e disponibilizadas no sítio Web da instituição coordenadora (FCSH) em www.fcsh.unl.pt e na instituição co-coordenadora (FDUNL) em www.fd.unl.pt

2 — A avaliação de conhecimentos relativos à componente lectiva do mestrado tem carácter individual e realizar-se-á no final dos semestres lectivos. Serão considerados, na avaliação de conhecimentos, provas finais, escritas e ou orais, trabalhos ou outros elementos de avaliação levados a efeito pelos alunos no âmbito das diferentes unidades curriculares, em condições a definir pelos respectivos docentes. O resultado da avaliação será expresso na escala numérica de 0 a 20 valores.

3 — Considera-se aprovado numa unidade curricular o aluno que obtenha a classificação final igual ou superior a 10 valores.

4 — A obtenção dos 60 créditos da componente lectiva do mestrado precede obrigatoriamente a inscrição para a realização da dissertação ou do trabalho de projecto.

Artigo 11.º

Regime de prescrição do direito à inscrição

1 — O regime de prescrições, seguindo o disposto nos números 2 e 3 do artigo 5.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, rege-se pela seguinte tabela, que estabelece o número máximo de inscrições que podem ser efectuados pelo aluno em função do número de créditos já obtido no curso.

Mínimo de créditos ECTS obtidos para se poder inscrever	Inscrição n.º	Tipo de inscrição
18	2. ^a	Semestral.
48	3. ^a	Semestral.
60	4. ^a	Anual*.

* Inscrição válida para os 2 semestres de realização da componente não lectiva.

2 — À luz do disposto no artigo 5.º, parágrafo 4, da Lei n.º 37/2003 de 22 de Agosto, no caso de o aluno beneficiar do estatuto de trabalhador-estudante, para efeito de aplicação da tabela supra, apenas é contabilizado 0,5 por cada semestre que tenha efectuado nessas condições.

3 — Aos estudantes que deixarem de ser elegíveis para efeitos de financiamento será estabelecida uma propina suplementar à vigente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, aprovada pelo Conselho Directivo

Artigo 12.º

Processo de nomeação do(s) orientador(es), condições em que é admitida a co-orientação e regras a observar na orientação

1 — A elaboração da dissertação será orientada por Doutor ou por especialista de mérito reconhecido como tal pelos Conselhos Científicos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Faculdade de Direito.

2 — A orientação pode ser assegurada em regime de co-orientação, quer por orientadores nacionais, quer por nacionais e estrangeiros, sendo sempre, um deles, afecto aos Departamentos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas ou da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

3 — A proposta de nomeação do(s) orientador(es) deverá ser acompanhada por uma informação conjunta do mestrando e do(s) orientador(es) proposto(s) sobre o tema da dissertação, com uma breve descrição do trabalho a realizar. A entrega desta proposta no Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas ou da Faculdade de Direito deverá ser efectuada até ao final do semestre em que o aluno concluir a componente lectiva do curso.

4 — A nomeação do(s) orientador(es) é feita pelos Conselhos Científicos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Faculdade de Direito, no prazo de dez dias úteis após a entrega da proposta.

Artigo 13.º

Regras sobre a apresentação e entrega da dissertação

1 — A dissertação deve ser entregue até ao último dia do último semestre previsto para a conclusão do curso, tido em consideração o disposto no artigo 10.º

2 — O candidato deve entregar na Divisão Académica/Núcleo de Pós-Graduações da instituição coordenadora o pedido de realização de provas, em impresso próprio, disponibilizado no seu sítio Web em www.fcsh.unl.pt ou www.fd.unl.pt e acompanhado de 7 exemplares em papel e 4 versões em suporte digital.

3 — Nos 30 dias subsequentes à data do despacho de nomeação do júri, este profere um despacho liminar no qual declara que aceita a dissertação ou, em alternativa, se recomenda ao candidato a sua reformulação, com indicações precisas.

a) Verificada a situação a que se refere a parte final do número anterior, o candidato disporá de um prazo máximo de 60 dias durante o qual pode proceder à reformulação da dissertação ou declarar que a mantém tal como a apresentou.

b) Recebida a dissertação reformulada, ou feita a declaração referida na alínea anterior, procede-se à marcação da prova de discussão.

c) Considera-se ter havido desistência do candidato se, esgotado o prazo referido na alínea a), este não apresentar uma dissertação, nem declarar que prescinde da respectiva reformulação.

Artigo 14.º

Prazos máximos para a realização do acto público de defesa da dissertação

1 — O júri de apreciação da dissertação deverá ser nomeado no prazo máximo de 30 dias úteis após a respectiva entrega.

2 — As provas devem ter lugar no prazo de 45 dias a contar:

- a) Do despacho de aceitação da dissertação;
- b) Da data da entrega da dissertação reformulada, ou da declaração pelo candidato de que prescinde da reformulação.

Artigo 15.º

Regras sobre a composição, nomeação e funcionamento do júri

1 — A dissertação será objecto de apreciação e discussão pública por júri nomeado pelo órgão responsável na instituição coordenadora, sob proposta do respectivo órgão da instituição parceira.

2 — O júri deve integrar entre 3 a 5 membros incluindo-se entre eles:

- a) O orientador ou os orientadores.

3 — No mínimo, um elemento exterior à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e à Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

4 — O despacho de nomeação de júri deve ser comunicado ao candidato por escrito no prazo de cinco dias após a sua nomeação.

5 — Para apreciação da dissertação, o júri será presidido pelo membro mais antigo da categoria mais elevada pertencente à instituição onde decorrem as provas.

6 — O júri distribuirá o trabalho da arguição da prova.

7 — Após a discussão da dissertação em prova pública, o júri reúne para apreciação e classificação da prova, sendo que:

a) A classificação final da dissertação é expressa pelas fórmulas de Aprovado ou Recusado por votação nominal justificada não sendo permitidas abstenções.

b) No caso de a dissertação ter merecido aprovação, a sua classificação é a que resultar da média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri na escala numérica de 10 a 20 valores.

Artigo 16.º

Regras sobre a prova de defesa da dissertação

1 — Na prova de defesa da dissertação, que terá a duração máxima de 90 minutos, o candidato pode fazer uma apresentação com máxima duração de quinze minutos, seguindo-se a discussão em que podem ser intervenientes todos os membros do júri.

2 — Na discussão da dissertação deverá ser proporcionado ao candidato tempo de intervenção idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

Artigo 17.º

Processo de atribuição da classificação final

1 — Ao diploma de pós-graduação é atribuída uma classificação final no intervalo de 10-20 de escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

2 — A classificação final do diploma de pós-graduação é a média, por crédito, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o aluno realizou os 60 créditos da componente lectiva do mestrado.

3 — Ao grau de mestre é atribuída a classificação final no intervalo de 10-20 de escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

4 — A classificação final do grau de mestre será a média da classificação final da componente lectiva do curso, nos termos da alínea 2) deste mesmo artigo com o peso de 40 % e da classificação atribuída à dissertação nos termos do artigo 14.º, n.º 6, com o peso de 60 %.

Artigo 18.º

Elementos que constam obrigatoriamente dos diplomas e cartas de curso

Dos diplomas e cartas de curso constarão os seguintes elementos:

1 — Diplomas — número e data do registo, identificação do titular do grau, unidade orgânica, grau, data de conclusão do curso, designação do curso e respectiva área de especialização, no caso de ela existir, número total de ECTS, classificação final e qualificação.

2 — Cartas de curso — identificação do Reitor da instituição, identificação do titular do grau, unidade orgânica, grau, data de conclusão do curso, designação do curso, área de especialização, no caso de ela existir, classificação final, qualificação.

Artigo 19.º

Prazos de emissão da carta de curso e suas certidões e do suplemento ao diploma

1 — A emissão da certidão final do curso será feita no prazo de 30 dias após a sua requisição.

2 — As emissões da carta de curso e do suplemento ao diploma serão efectuadas no prazo de 90 dias após requisição, que poderá ser feita a partir do prazo de uma semana após a conclusão do mestrado.

Artigo 20.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento do Mestrado em Comunicação, Media e Justiça é da responsabilidade dos Conselhos Científicos e dos Conselhos Pedagógicos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Artigos 18.º e 20.º dos Estatutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Despacho n.º 3849/2009, *Diário da República*, 2.ª série, N.º 21, 30 de Janeiro) e da Faculdade de Direito. No caso da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, poderá ser ouvido o Conselho Consultivo.

Artigo 21.º

Numerus clausus

1 — O número de vagas e prazos de candidatura ao mestrado serão fixados anualmente pelo órgão responsável na instituição coordenadora, obtido o acordo do órgão da instituição parceira.

2 — O despacho a que se refere o n.º 1 deverá ser publicado no *Diário da República*, 2.ª série, antes do início do prazo de candidatura.

Artigo 22.º

Calendário escolar

O calendário escolar é aprovado anualmente pelos órgãos competentes das instituições onde decorrem as aulas do curso, e disponibilizado no sítio Web das duas instituições www.fcsh.unl.pt e www.fd.unl.pt.

Artigo 23.º

Propinas

1 — O montante das propinas e respectivo regime de pagamento será fixado anualmente pelo órgão responsável na instituição coordenadora, obtido o acordo do respectivo órgão da instituição parceira.

2 — O pagamento das propinas processar-se-á na FCSH, enquanto instituição coordenadora. A FCSH remeterá à FDUNL percentagem a definir através de protocolo.

Artigo 24.º

Financiamento

O Mestrado em Comunicação, Media e Justiça é financiado através das respectivas propinas e de outras verbas que lhe forem alocadas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e pela Faculdade de Direito provenientes do Orçamento de Estado. Constituem ainda receitas de mestrado os valores arrecadados provenientes de participações ou donativos de instituições públicas e privadas destinadas ao seu financiamento.

Artigo 25.º

Disposições transitórias

Os alunos anteriormente inscritos transitam para o plano de estudos presentemente publicado de acordo com o disposto no plano de transição aprovado por Despacho do Director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Artigo 26.º

Casos omissos

Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 27.º

Entrada em vigor

O actual plano de estudos entra em vigor no ano lectivo 2011-2012 e revoga o plano de estudos do ciclo de estudos de mestrado em Comunicação, Media e Justiça, publicado pelo regulamento n.º 695/2010, na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 160, de 18 de Agosto de 2010.

205403715